

--- Aos cinco dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Tarifário da Resioeste para dois mil e seis;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento, PPI e PAM para dois mil e seis;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento de Mercados e Feiras;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Capítulo V do Código de Posturas Municipais;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração de Estatutos da Trevo Oeste, SA;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Cedência de uma Parcela de Terreno de vinte e dois, virgula, quarenta e quatro metros quadrados, do Domínio Público, para o Domínio Privado do Município e a Cedência do Domínio Público Privado do Município de Óbidos, para o Domínio Privado da Freguesia de Olho Marinho, a fim de Permitir a Inclusão da Área na Implantação do Projecto de Construção da Nova Sede de Junta de Freguesia do Olho Marinho;-----

--- Ponto número nove – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração do Caminho de São Tiago – Freguesia de Santa Maria;-----

--- Ponto número dez – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número onze – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Hernâni José Leal Pedras e Luís Carlos Guimarães de Carvalho, tendo este sido substituído pela Senhora Deputada Ana Catarina Braz de Carvalho, de harmonia com os artigos números cinquenta e quatro, número um e cinquenta e seis, número um do Regimento desta Assembleia Municipal e artigo número setenta e oito da Lei Geral.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número três, referente à sessão de vinte e um de Abril do corrente ano. O Senhor Deputado João Lourenço lembrou que existe uma acta em atraso, de Dezembro, ainda não foi feita, é uma acta muito importante, não só pelo

que se passou, mas pelo assunto em si que é o orçamento para o corrente ano. Pode ajudar com alguns apontamentos. Sobre a acta em análise, disse que a mesma não tem problema nenhum. O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que o Senhor Deputado João Lourenço tem razão, falta a acta mencionada, procuraram de todas as maneiras possíveis que estivesse pronta. Acontece que o pessoal que estava destacado para esse serviço tem muito trabalho e por impossibilidade da funcionária que naquela altura secretariou a sessão, ainda não foi possível elaborar a acta. Espera na próxima sessão da Assembleia Municipal apresentar a acta em questão. Como não houve mais intervenções, procedeu-se à votação da acta número três, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta à presente sessão dos Senhores Deputados Hernâni José Leal Pedras e Luís Carlos Guimarães de Carvalho. Ofício número setenta e quatro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, convidando para a sessão solene de Início das Comemorações dos Trinta Anos de Poder Local Democrático. Ofício número sessenta e cinco da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo a resolução do Conselho Directivo sobre a Venda do Património do Estado. Ofício número sessenta e quatro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo a resolução do Conselho Directivo sobre o Encerramento dos Serviços de Saúde. Ofício número sessenta e um da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a gripe aviária. Ofício número cinquenta e oito da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o acesso aos documentos administrativos. Ofício número sessenta e sete da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a segunda conferência “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM”. Ofício número setenta da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território. Ofício número sessenta e nove da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a resolução política aprovada na vigésima terceira Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados.-----

--- Foi presente a moção do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Moção / Voto de Louvor – Face ao eventual encerramento da Olefa – Organização Local de Educação e Formação de Adultos pela Ministra da Educação, prejudicando mais de quinhentos formandos, divididos em vinte sete cursos, o Grupo Municipal do PSD, vem apresentar um voto de protesto contra tal atitude, exigindo a continuação dos referidos cursos. Este mesmo Grupo, aproveita para salientar e congratular-se por todo o trabalho desenvolvido pela Professora Isabel Araújo e de toda a equipa Olefa de Óbidos, que souberam com profissionalismo, iniciativa,

empenho e tanta dedicação, dar conhecimento, saber, um melhor futuro com mais cultura a tantos Obidenses e até a formandos de Concelhos vizinhos. Bem hajam pelo vosso trabalho.”. Posta à votação, foi a moção aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal de Óbidos solicitou a inclusão de seis novos pontos na Ordem de Trabalhos, a saber: - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração da Tabela de Taxas das Piscinas Municipais – Dois mil e seis, barra, Dois mil e sete; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta da Empresa Municipal Óbidos Requalifica para a Constituição do Gabinete de Apoio ao Empreendedor e do Gabinete de Apoio às Micro Empresas; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Contrato-Programa para o Fornecimento de Material de Expediente e Consumíveis Administrativos para o ano de dois mil e seis, entre a Empresa Municipal Óbidos Requalifica e a Câmara Municipal de Óbidos; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Formação Turística e a Câmara Municipal de Óbidos; - Proposta de substituição do Sr. Eng. Luís Salles na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens e Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração à deliberação da Assembleia Municipal – Relatório de avaliação à propriedade rústica, sita em Arcos de Santa Iria – Óbidos. Usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para dizer que votam contra as propostas por só agora serem apresentadas e por uma questão de coerência e de princípio. Pede para as propostas serem postas à votação separadamente, porque aceitam uma que já foi falada à mais de um mês, a penúltima, e estão preparados para ela. Como não houve mais intervenções foram as propostas postas à votação individual, obtendo-se o seguinte resultado: - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Alteração da Tabela de Taxas das Piscinas Municipais – Dois mil e seis, barra, Dois mil e sete. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra, passando a ser o ponto número onze. Aprovado em minuta; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta da Empresa Municipal Óbidos Requalifica para a Constituição do Gabinete de Apoio ao Empreendedor e do Gabinete de Apoio às Micro Empresas. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra, passando a ser o ponto número doze. Aprovado em minuta; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Contrato-Programa para o Fornecimento de Material de Expediente e Consumíveis Administrativos para o ano de dois mil e seis, entre a Empresa Municipal Óbidos Requalifica e a Câmara Municipal de Óbidos. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra, passando a ser o ponto número treze.

Aprovado em minuta; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Formação Turística e a Câmara Municipal de Óbidos. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra, passando a ser o ponto número catorze. Aprovado em minuta; - Proposta de substituição do Sr. Eng. Luís Salles na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por unanimidade, passando a ser o ponto número quinze. Aprovado em minuta; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração à deliberação da Assembleia Municipal – Relatório de avaliação à propriedade rústica, sita em Arcos de Santa Iria – Óbidos. Aprovada a sua inclusão na ordem de trabalhos por unanimidade, passando a ser o ponto número dezasseis. Aprovado em minuta. O período fora da ordem do dia passou a ser o ponto número dezassete da ordem de trabalhos.-----

--- Entrou-se na Ordem de Trabalhos-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Rodrigues para dizer que é uma situação desagradável a inclusão de pontos que não constam da ordem de trabalhos e que os mesmos poderiam ser entregues com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, para poderem ser analisados, discutidos e votados. Espera que não se volte a repetir. O Senhor Deputado José Oliveira disse que em relação à inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Óbidos queria enaltecer o trabalho que foi desenvolvido pela actual Direcção e pelas anteriores, pelo esforço e dedicação que permitiu ao Corpo de Bombeiros ter um quartel. Conhece bastantes quartéis e o que existe actualmente no Concelho é um dos melhores, senão o melhor e tem condições para os Bombeiros fazerem condignamente o seu trabalho. Deixou uma mensagem de louvor e congratulou-se com tão boas instalações dignificadoras das acções dos Bombeiros. O Senhor Deputado João Lourenço disse que assistiu à inauguração do quartel e ninguém disse que é o segundo quartel dos Bombeiros que o Senhor Doutor Frederico Garcia inaugura. Já lá vão muitos anos, em conversa tida, ele dizia que não se justificava que o quartel estivesse dentro de Óbidos. Na altura achou que aquilo era uma coisa do outro mundo, e agora vê que não foi um, mas dois. Ele idealizou, pôs em prática, concluiu e fundou dois quartéis. Deu desde sempre aos Bombeiros um impulso inacreditável. O Doutor interpretou aquilo que foi a vida da sua família. Houve pessoas da sua família que deram a vida pelos Bombeiros. Manifestou o seu regozijo à Câmara pela forma como a festa foi organizada. Não ouviu dizer que a alma de tudo foi o Doutor Frederico Garcia. O Senhor Deputado Albino Sousa usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se a visita à Escandinávia, relacionada com novos modelos de educação, tinha sido proveitosa e se o que ouviu podia ser posto em prática e qual era a sua

mais valia. Souberam que já houve a reunião com o Senhor Ministro do Ambiente sobre a Lagoa e perguntou o que de concreto foi decidido. Por último que iniciativas é que a Câmara Municipal realizou no dia Mundial do Ambiente. Deu as boas vindas à nova Deputada do PS. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que visitou a Dinamarca no âmbito do programa comunitário Sócrates, que visa financiar e promover a cooperação e o conhecimento dos sistemas educativos dentro da Europa. Fez parte de um grupo com mais vinte pessoas de quinze Países diferentes da União Europeia e teve como propósito conhecer mais aprofundadamente possível o que é o sistema de educação na Dinamarca. A visita inscreve-se numa preparação do projecto educativo que o Município está a trabalhar em conjunto com o agrupamento e com outras pessoas, e teve também como outros pontos desta estratégia o envio de duas Técnicas da Câmara Municipal, uma à Suécia e outra à Finlândia. A cobertura destes três sistemas educativos, foi uma escolha da Câmara Municipal, e teve como principal razão, procurar conhecer aqueles que são três dos melhores sistemas de educação que existem na Europa e tentar perceber como é que através destas acções se podem estabelecer pontos de comparação em relação à educação em Portugal, e foram confrontados com uma realidade completamente diferente. Todo o sistema educativo, na generalidade dos Países da Europa, com excepção de Espanha e Portugal, assenta, no que diz respeito à escolaridade obrigatória, em escolas municipais. Toda a educação é uma competência das Autarquias, tendo as mesmas a capacidade e a responsabilidade de gerir esses processos que garantem resultados completamente diferentes. É interessante ver que em Portugal temos um gasto por aluno muito equivalente aos outros Países, mas temos resultados que nos colocam na cauda de Europa à muitos anos. A Câmara Municipal está a preparar uma proposta para apresentar ao Ministério da Educação e gostava de ser recebido pelo Senhor Ministro para tentar demonstrar que a Câmara Municipal tem condições para celebrar um contrato de autonomia. O que o Município está a preparar é uma coisa muito arrojada, muito ambiciosa, de enorme responsabilidade, que significa solicitar ao Ministério da Educação autonomia nas suas escolas. É uma alteração para que todos nos temos de preparar, conscientes que este é o melhor caminho a pensar nas nossas crianças, nas nossas famílias. Não faz sentido pensarmos o desenvolvimento do Concelho de Óbidos e não termos uma palavra a dizer em relação aquilo que é o seu cérebro em todas as políticas de desenvolvimento que é a questão da qualificação e a questão da educação. A visita foi muito positiva, porque viu uma realidade diferente. A esta visita seguem-se outros passos, vão trabalhar no projecto educativo. Terminou uma visita ao Principado das Astúrias em Espanha, onde estiveram a receber formação para aplicação de uma matéria que acha extremamente interessante, não só para o Concelho de Óbidos, mas

também para o País e sobretudo para a Região Oeste, no que diz respeito a formação sobre empreendedorismo nas nossas escolas e o desenvolvimento de empresas, a partir de dentro do projecto educativo. São partes de um tronco de uma árvore mais geral, mais completa, onde a comunidade, através dos seus Autarcas, mas com a participação pública, dos pais, definem quais são os valores, as grandes questões que devem estar presentes nos projectos educativos. Não é uma matéria para ser deferida por meia dúzia, ditada centralmente pelo Ministério da Educação e toda a gente aplica. Uma das coisas que acontece nestes Países é que os Ministérios da Educação definem os seus objectivos a nível nacional, existem programas e um conjunto de saberes que têm que ser cumpridos, mas a forma como são leccionados, a forma como são organizados, a forma como se aumenta as cargas horárias, a forma como algumas matérias complementam essas obrigações a nível nacional, são trabalhadas a nível local. As pessoas responsabilizam-se por isso, vão a eleições com os projectos educativos, discutem educação. A educação é uma coisa muito presente e onde é possível inserir o que se acha que é mais importante, mais estratégico, dentro de um sistema educativo, onde os professores quando entram, entram para a vida inteira, quando trabalham, trabalham com a administração e conhecem-na, têm os seus apoios, têm as suas capacidades, trabalham em exclusividade. Não andam nesta guerra civil em que o País está mergulhado à trinta anos, em que uma série de Ministros da Educação já vieram prometer o paraíso e acabamos sempre por não ter absolutamente nada de visível e de estruturante. Um dia os culpados são os professores, outro dia os culpados são os alunos, outro dia são os contínuos, outro dia são Ministros. Este é um País muito complicado, muito centralizado, em que um projecto de arquitectura tem que passar a pente fino pelos arquitectos da Direcção Regional de Educação, em que os manuais escolares são discutidos no Parlamento, o que é impressionante, como se os professores não tivessem que ter responsabilidades e a capacidade de poder escolher os livros, os manuais, os sites de Internet, o que for. É um País muito controlado, muito controlador, e espera que possamos ter uma visão mais inovadora nesta matéria e se existe uma Autarquia que reúne condições para poder avançar com a construção de um projecto educativo como deve ser, porque não lhe dar oportunidade para o desenvolver. Às visitas que foram feitas vão seguir-se auditorias ao nosso próprio sistema, por peritos que vão vir a Óbidos, vão falar muito sobre este tema, vão realizar um grande congresso sobre educação em Novembro do corrente ano. Estão ao lado da renovação do parque escolar, da construção física material dos equipamentos, procurando trabalhar o seu interior, ao nível dos conteúdos da educação, a maneira como se deve ensinar, os valores com que nos identificamos. Se achamos que as questões de cidadania são importantes, porque já ninguém dá valor às questões da comunidade, isso

tem de estar no projecto educativo. Se achamos que não trabalhamos como deve ser, não temos projectos que incentivem na área das ciências, na área da matemática, isso tem que estar no projecto educativo. A questão de uma língua estrangeira é central e deve estar presente no projecto educativo. Aquilo que nós como comunidade, aquilo que nós acreditamos como povo, mas também aquilo que é a experiência de quem pensa estas coisas, seja a nível nacional, seja a nível internacional., deve-nos ajudar a encontrar um caminho. São esses os objectivos da Câmara e espera que possa fazer essa caminhada e gostava de ver a Assembleia Municipal a discutir estes assuntos. Em relação à reunião com o Senhor Ministro do Ambiente sobre a Lagoa disse que a mesma foi solicitada à bastante tempo. A sensação que teve foi que o Senhor Ministro ia ver tudo o que lhe foi colocado. Vão dar algum tempo para ver se o Senhor Ministro verifica se tem condições para responder aos pedidos da Câmara Municipal ou não. Adiantou que o que pediu foi que basta de conversas sobre o tema, de comissões de acompanhamento e de grupos de trabalho. Para ganhar a confiança e credibilidade das populações é fundamental haver obras a serem desenvolvidas na Lagoa. Se não existem condições, porque deixaram atrasar durante um ano e meio e não fizeram literalmente nada, nem sequer avançar com um concurso com os procedimentos para se fazer um estudo de impacto ambiental, para se fazer uma dragagem de fundo ou dragagens de grande monta, então avancem com outras, dragagens de manutenção e indicou duas zonas, não podem é intervir só em situações de estrangulamento, é assim que o Inag funciona. Chamou à atenção do Senhor Ministro para o facto, o qual concordou na perspectiva de se desenvolver intervenções na Lagoa, para ganhar a confiança das pessoas. Chamou à atenção de que um despacho seu a nomear uma comissão de acompanhamento, como foi proposto pelo Sr. Governador Civil, sem mais nada, não credibiliza a posição do Senhor Ministro do Ambiente em Portugal, o que o vai credibilizar é despachar, fazer esse tipo de coisas para pressionar, para acelerar, mas ao mesmo tempo haver intervenções. Há remoção de dragados feitos à vinte anos que impedem o crescimento do corpo da Lagoa e podem perfeitamente ser feitos, isso não são operações de dragagem são operações de remoção de dragados. Outras intervenções que foram propostas e com as quais a Assessora de Ambiente concordou e achou que eram iniciativas interessantes, são as dragagens de manutenção na zona do bico de espichel, que permitem não pôr em causa a renovação das águas do braço do Bom Sucesso, o que seria fatídico se o assoreamento tivesse uma evolução, dentro de poucos meses, que levasse a um estrangulamento do braço. Houve algumas propostas em concreto. Grande desilusão sobre o ordenamento das margens, um projecto interessantíssimo, um projecto muito importante para a Região Oeste, que começou ao mesmo tempo que a baía de São Martinho, que está praticamente com as

obras concluídas. O Governo quando chegou ao poder encontrou o projecto já em concurso público internacional, já com a adjudicação feita, e em vez de mandar prosseguir essas obras, suspendeu-as, as obras estão congeladas, paradas por ordem do actual governo. Não percebe porquê, a não ser por estratégia, ou por não quererem fazer este investimento na Lagoa, o que contribui para não se acreditar no empenho verdadeiro por parte das autoridades centrais. A Câmara Municipal não tem competência para intervir na Lagoa, o que não significa que em desespero não possa fazer algumas intervenções, caso o Senhor Ministro ignore as questões que lhe foram colocadas. Se no início do próximo mês não tiverem alguma resposta, vão estudar que tipo de intervenção têm capacidade para fazer e irão fazê-la, independentemente das competências. O Senhor Ministro propôs que os privados fizessem o ordenamento das margens, tendo-lhe sido respondido que os privados não fizeram o ordenamento das margens da baía de São Martinho e que se quiser conhecer bem o dossier vai verificar que existem uma série de compromissos assumidos por privados e pelas Autarquias, nomeadamente de Óbidos e Caldas, para fazerem parte dessas empreitadas. O Senhor Ministro reconheceu que não tinha isso bem presente, ou seja, não conhecia o assunto como devia. Julgou que seis meses para receber o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado tempo para, pelo menos em vinte minutos, alguém lhe explicar o que é que estava em causa e ficou de ver as condições para avançar. Convidou-o para vir inaugurar a Etar da Charneca e que teria uma boa oportunidade para anunciar às nossas populações o início do ordenamento das margens. Estranha porque é que todas as decisões sobre a Lagoa, no espaço de um ano e meio, nenhuma delas significa investimento por parte do Estado, mas existe a atitude de querer que as Autarquias e os privados avancem. Em relação ao dia Mundial do Ambiente disse que foi um dia marcado por muitas iniciativas. Anunciaram três equipamentos importantes em matéria ambiental. Começaram com a criação no terreno de estações meteorológicas no Concelho, que são fundamentais para a gestão agrícola e também para a defesa da floresta e para o turismo. É um investimento de trinta e cinco mil euros. Por telemóvel os Senhores Agricultores recebem alertas de como tomar decisões diárias em relação à poupança de recursos, como a água e a questões relacionadas com o dia a dia. Tiveram a apresentação de um biotriturador, que é uma máquina que faz a limpeza das florestas e que retraça todos os troncos dos cortes efectuados, aproveitando-se esse material orgânico para os jardins. Levaram um grupo de miúdos para verem a máquina e ficarem com a noção do seu funcionamento. Também, através de uma parceria desenvolvida com vários operadores turísticos, adquiriram uma máquina muito sofisticada de limpeza de praias, O único investimento da Câmara Municipal é ter a capacidade de gerir o equipamento e ter operadores de máquinas para durante o verão fazer a

limpeza da costa, para garantir um ambiente mais saudável durante a época balnear. É um investimento de setenta e cinco mil euros, suportado pelos operadores turísticos. Encerrou uma campanha, iniciada à um ano, chamada educar para o ambiente, que envolveu todos os jardins de infância, escolas primárias, ATLS e muitos estabelecimentos, cujo objectivo era ver qual era o estabelecimento que conseguia armazenar mais papel, plástico e vidro, sendo o prémio a entrega de um computador. Esta iniciativa retirou da entrega em aterro do nosso lixo, cerca de setenta e sete toneladas, que foram armazenadas pelas escolas do Concelho. Dado o êxito, esta campanha irá repetir-se. A Câmara Municipal não coloca os ambientalistas num lado e coloca-se no outro. O Senhor Deputado João Lourenço disse que se o Senhor Presidente da Câmara Municipal entender que a Assembleia Municipal se deve pronunciar sobre o problema da Lagoa, estão disponíveis para analisar o que quiserem apresentar e para colaborar e se for preciso tomar um posição mais pública.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TARIFÁRIO DA RESIOESTE PARA DOIS MIL E SEIS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos número três mil trezentos e cinquenta e quatro, de quatro de Maio do corrente ano, remetendo a proposta de tarifário da Resioeste para dois mil e seis, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO, PPI E PAM PARA DOIS MIL E SEIS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo a segunda revisão ao Orçamento, PPI e PAM para dois mil e seis, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Rodrigues para dizer que a nota justificativa da revisão orçamental é curta, não existe uma descrição circunstanciada. Há um reforço de cem mil euros, mas quatro quintos desse valor correspondem, supõem, à actividade das empresas municipais. Gostava de ser esclarecida sobre o assunto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não percebeu qual a questão colocada. A revisão destina-se a dar cumprimento às deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em relação às empresas municipais e refere-se ao contrato programa para pagar honorários de projecto da requalificação do Largo de S. Marcos em Gaeiras. A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que no documento falta a descrição ou uma nota justificativa escrita sobre aquilo a que se refere. Como não houve mais intervenções, foi a segunda revisão ao orçamento posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE MERCADOS E FEIRAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos remetendo o Regulamento de Mercados e Feiras, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Deputado João Lourenço disse que leu o regulamento e concorda, de um modo geral, com o mesmo, não tem nada contra. No artigo quatro diz-se que o horário de funcionamento dos mercados e feiras fica estabelecido entre as seis e as dezoito horas e no artigo sexto, número três, alínea d), é vago dizer que existem outras situações analisadas. É um regulamento de mercados e feiras como é habitual, pelo que não tem críticas de maior a fazer. Em relação ao artigo dezassete, número um, terá que se ter cuidado com os objectos que estarão à venda. A questão de fundo é que o regulamento é pobre, porque não prevê de forma nenhuma o problemas dos actuais, dos novos eventos, como mercados e festivais e outros grandes eventos, diferentes dos tradicionais que são os que estão previstos e que se enumeram no artigo seguinte. Há alteração de um artigo do código de posturas que é a existência de outros centros anuais, pelo que se vai alargar esse âmbito. O regulamento não contempla casos novos que hoje em dia aparecem no nosso Concelho, com o desenvolvimento e com a .criação de novos festivais, que não deixam de ter uma vertente acentuadamente económica e mercantil, e portanto, não deixam de ser também mercados e feiras. Isso tem características específicas, são eventos, são mercados, desde o mercado medieval até aos festivais que se realizam, são mercados e feiras e eventos com características especiais. O facto de terem características especiais e da mesma forma envolvem aspectos comerciais e mercantis, nada impede que possam fazer parte deste regulamento, ou seja, o que pretende é que o regulamento seja enriquecido com mais um capítulo ou dois sobre matéria que possa envolver as características específicas destes eventos. O regulamento apresentado é um regulamento tradicional, igual aos que havia antigamente e que poderá ser um regulamento inovador, que possa ter características novas. Não sabe se há, mas pensa que não, regulamentos específicos para estes novos eventos, como o mercado medieval, o festival de chocolate e o festival de ópera. Esses grandes eventos têm sempre uma vertente económica, pelo que existem pessoas a vender em todo o lado e a Câmara Municipal tributa e não regulamenta. Ou isso já está regulamentado em diploma próprio, mas esses diploma pode ser integrado e fundir-se neste regulamento, incluindo mais um capítulo ou dois, nada de novo que não se tenha feito quando o código de posturas foi feito à muitos anos, onde alguns capítulos foram inovadores, ou não existe e então pode ser criado, podem ser redigidos um capítulo ou dois novos. Dispõe-se a dar a sua contribuição para que este diploma seja moderno, actual, inovador e que sirva até de exemplo a outros Concelhos, para se saber como se pode actualizar o sistema de mercados e

feiras. Tem uma proposta concreta a fazer que é ser suspensa a deliberação sobre o regulamento para que seja aperfeiçoado e enriquecido de uma de duas maneiras, ou integrar os regulamentos específicos, se é que eles existem, já consignados, legalizados e oficializados, ou criar, redigir um capítulo ou dois para os casos específicos destes novos eventos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os mercados e feiras estão bem definidos e são todos os espaços destinados ao exercício do comércio retalhista e grossista mediante autorização da Câmara Municipal. O regulamento do mercado medieval foi aprovado à pouco tempo pela Assembleia Municipal. Sempre que à eventos como o mercado medieval ou o festival de chocolate, estes têm regulamentos próprios, onde se fixam as tarifas, os valores das entradas e os regulamentos, pelo que não entra na alçada destes mercados e feiras, isto é para regular todo o tipo de mercados e feiras que é praticado no Concelho de Óbidos. Os eventos já referidos são organizados pela Câmara Municipal pelo que não precisam de licenciamento. Têm é um conjunto de regras que todos os anos são definidas de modo adequado ao formato que a organização está a pensar para uma edição, todos os anos podem ser diferentes, e que vão à aprovação dos órgãos competentes para poderem ser aplicados. A Administração da Óbidos Patrimonium esteve a trabalhar na proposta de regulamento do festival de chocolate para poder ser apresentado em Setembro à Assembleia Municipal. As iniciativas da Câmara Municipal não cabem no regulamento em apreciação. O Senhor Deputado João Lourenço disse que as observações do Senhor Presidente da Câmara Municipal não mudaram a sua opinião. Os outros eventos cabem no regulamento. O diploma pode ser aperfeiçoado. Não é todos os anos a fazer um regulamento novo, é fazer um regulamento, um grande diploma legal, onde esteja tudo integrado e que passe a haver um diploma regulador do que são eventos de natureza rural e popular e de eventos de natureza turística com características artísticas e com características culturais. Isso pode fazer tudo parte do mesmo regulamento, enriquece o diploma legal. Não é necessário todos os anos fazer um regulamento, é contra isso que luta, é que cada vez haja mais. Queria evitar que houvesse um regulamento para cada coisa e era fazer um diploma claramente inovador. Isto tinha alguma importância, não só técnica e jurídica, mas uma importância de afirmação e de prestígio para a Autarquia, que se impunha perante os outros Concelhos e que conseguia ter a capacidade de poder fazer um diploma bem estruturado e que abarque tudo, com capítulos diferentes e que os aspectos específicos de cada um seja devidamente contemplado, inclusivamente com taxas diferentes. Era um único diploma. Era um diploma que servisse para todos e que amanhã tivesse o prazer de saber que os outros Concelhos tinham perguntado como é que fizemos, fazíamos um brilharete. O Senhor Deputado José Oliveira disse que o regulamento é

para feiras e mercados num âmbito totalmente diferente daquele em que o Senhor Deputado João Lourenço está a querer inseri-lo, ou seja, isto é para regulamentar uma coisa que passou na Assembleia Municipal, a criação de feiras e mercados para fazer sair os produtos dos agricultores e outro tipo de feiras no género, ou seja, feiras do âmbito exclusivamente comercial. Este regulamento é para regulamentar esse tipo de feiras e mercados e não aquele tipo de feiras e mercados de âmbito cultural e de desenvolvimento do próprio Município ou do Concelho. Acha que este tipo de regulamento é totalmente diferente. Feiras e mercados de âmbito comercial é uma coisa e as feiras e mercados, como o mercado medieval e o festival de chocolate, é outra, pelo que não cabem destros do âmbito do regulamento em análise. Foi presente a proposta do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Proposta – a) Considerando que a realidade dos nossos dias conduz à existência de mercados, festivais e outros grandes eventos diferentes dos tradicionais; b) Considerando que se trata de realizações públicas que, embora com aspectos comerciais, têm também acentuados componentes culturais e artísticas; c) Considerando que essas realizações de muito recente origem, são bem distintas dos mercados e feiras de carácter acentuadamente anual e local, contemplados no regulamento agora apresentado para deliberação; O Grupo Municipal do PS, nos termos do número um, do artigo décimo nono do regimento desta Assembleia, propõe: Um – Seja suspensa e adiada a deliberação da proposta de regulamento agora apresentada; Dois – Que o texto agora em análise seja reformulado e enriquecido com a introdução de um ou mais capítulos, inovadores, os quais venham prever e regulamentar também outros mercados e outros eventos, os quais, tendo específicas componentes culturais, artísticas e turísticas, não deixam de possuir um acentuado pendor comercial.”. Posta à votação a admissibilidade da proposta, a mesma foi reprovada por maioria, com dezasseis votos contra, cinco votos a favor e duas abstenções. Posta à votação a proposta de regulamento de mercados e feiras, a mesma foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta. Pelo Grupo Municipal do PS foi presente a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal votou contra a aprovação do Regulamento de Mercados e Feiras por entender que: Um – Ocorrem anualmente em Óbidos vários mercados e feiras ou festivais os quais, embora com específicas características culturais, artísticas e turísticas, não deixam de conter um acentuado pendor comercial; Dois – Assim, a regulamentação destes eventos, embora com especificidades próprias, deveria ser integrada no Regulamento Geral de Mercados e Feiras; Três – O Grupo do PS pensa que só assim será possível a unidade de todo o regime jurídico regulamentar desta matéria e só assim poderá evitar-se uma dispersão de disposições legais, o que se traduz numa

difícil aplicação prática; Quarto – O Grupo do PS lamenta que, mais uma vez, a maioria PSD tenha abusado do seu peso partidário assim impedindo que um diploma legal fosse aperfeiçoado e enriquecido com normas verdadeiramente inovadoras que contribuiriam para a melhoria das normas a aplicar e o competente engrandecimento do prestígio da Autarquias.”.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CAPITULO V DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo a proposta de alteração ao capítulo V do Código de Posturas Municipais, para apreciação e eventual aprovação. O Senhor Deputado João Lourenço disse que não tem nada contra a alteração do artigo sessenta e seis, mas depois o artigo dois revoga uma série de artigos do Código de Posturas. Há dois artigos que vão ser revogados pela maioria, os quais leu, e são os artigos setenta e setenta e dois. Perguntou se acham que os artigos devem ser revogados. Não concorda com a revogação destes artigos. Posto à votação o artigo um da proposta de alteração ao capítulo V do Código de Posturas Municipais, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta. Posto à votação o artigo dois da proposta atrás referida, foi o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS, TARIFAS E LICENÇAS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo a proposta de alteração à tabela de taxas, tarifas e licenças, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA TREVO OESTE, SA:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, remetendo a alteração aos artigos quinto e décimo sétimo dos estatutos da Trevo Oeste, SA, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a alteração dos estatutos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO DE VINTE E DOIS, VIRGULA, QUARENTA E

QUATRO METROS QUADRADOS, DO DOMINIO PÚBLICO, PARA O DOMINIO PRIVADO DO MUNICIPIO E A CEDÊNCIA DO DOMINIO PÚBLICO PRIVADO DO MUNICIPIO DE ÓBIDOS, PARA O DOMINIO PRIVADO DA FREGUESIA DE OLHO MARINHO, A FIM DE PERMITIR A INCLUSÃO DA ÁREA NA IMPLANTAÇÃO DO

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DO OLHO MARINHO – o Senhor Deputado José Ribeiro retirou-se da sessão, durante a discussão deste ponto, em virtude de ser Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho. Como não houve intervenções foi a proposta de cedência posta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO CAMINHO DE SÃO TIAGO – FREGUESIA DE SANTA MARIA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e trinta e cinco, de vinte e dois de Maio do corrente ano, remetendo a proposta de alteração do caminho do Casal de São Tiago, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi a proposta de alteração posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, DE ACORDO COM A ALINEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELO LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - A Senhora Deputada Maria Rodrigues disse que não conseguiu ler o documento apresentado, por ter sido entregue no decorrer dos trabalhos, e por conseguinte, não podia fazer qualquer tipo de observações. Não havendo mais intervenções foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PONTO NÚMERO ONZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DAS PISCINAS MUNICIPAIS – DOIS MIL E SEIS, BARRA, DOIS MIL E SETE: - O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal disse que só hoje foi aprovado este assunto em sessão de Câmara. As piscinas vão estar encerradas durante o mês de Agosto e como vai haver inscrições e reinscrições para o próximo ano é necessário aprovar a tabela. É uma actualização de preços, nada mais do que cinquenta cêntimos em cada modalidade ou actividade e a criação da entrada de grupos, que não estava previsto na anterior tabela. Como não houve mais intervenções, foi a proposta de alteração à tabela posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DOZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS REQUALIFICA PARA A CONSTITUIÇÃO DO GABINETE DE APOIO AO EMPREENDEDOR E DO GABINETE DE APOIO ÀS MICRO EMPRESAS: - Usou da palavra o Senhor Deputado Eduardo Silva para

saudar a Câmara Municipal pela proposta apresentada. Disse que se se apela à criação de empresas e ao investimento, é salutar que a Câmara se disponibilize a apoiar esta iniciativa. Em relação ao segundo ponto e dada a situação económica que o País atravessa e por aquilo que passam muitas pequenas empresas, acha que também é extremamente importante esta medida e ela é oportuna e tem todo o cabimento. São duas propostas de saudar, de ajudar, porque o País precisa da criação de empregos, de postos de trabalho, de desenvolvimento e as pequenas empresas sentem neste momento problemas gravíssimos de insolvência e de capacidade para dar a volta aos problemas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Empresa tem como competências a área de desenvolvimento empresarial, entre outras, e no desenvolvimento desse trabalho a Administração da Óbidos Requalifica veio fazer uma proposta à Câmara Municipal, que tem por base um projecto que o Município decidiu associar-se, tendo em conta a criação de um fundo de Apoio às Micro Empresas, mas também dinamizar um conjunto de outras informações que podem ser dadas aos investidores, aos empresários e nada melhor que a Empresa poder abrir nas suas instalações na Porta da Vila um Gabinete de Apoio ao Empresário e a Câmara Municipal poder vir a regular futuramente em termos de protocolos que serão submetidos à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, no sentido de, no caso do Fundo de Apoio às Micro Empresas, estipular o seu funcionamento que passará por uma proposta de delegação de competências no funcionário da Empresa para a interpretação do Fundo de Apoio às Micro Empresas, para a sua aplicação. É um fundo que se inscreve no âmbito do programa Finicia do Ministério da Economia, que conta com o apoio do Iapmei e que tem na Adro a sua entidade regional, que está neste momento em fase de apresentação aos vários Municípios e a recolher a opinião e as decisões dos mesmos. Disse também que a relação da Adro com o Iapmei vai abrir portas para ajudar o Iapmei na região oeste no sentido de desenvolver a relação de apoios que o instituto pretende fazer com os empresários. Os Municípios contribuem com vinte por cento da totalidade do fundo e os restantes oitenta por cento cabem a uma entidade bancária seleccionada no mercado. A entidade bancária que oferecer melhores condições aos candidatos que queiram criar as suas empresas, será a escolhida. Trata-se de uma medida muito atractiva que tem como tecto máximo a atribuição de empréstimos até quarenta e cinco mil euros e cuja duração do empréstimo é de seis anos, sendo o primeiro ano de carência para os candidatos. Caberá depois nesse protocolo à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, sobre proposta da Empresa Óbidos Requalifica, definir quais são prioridades e quais são as elegibilidades que o Município acha que deve apoiar. A Câmara Municipal fará uma apresentação mais detalhada sobre o assunto. O fundo tem uma regra em termos de funcionamento administrativo que implica alguma celeridade,

pelo que não dá para que cada candidatura esteja sempre a ser avaliada pelo executivo Municipal ou ir às Assembleias Municipais, porque existe apenas o prazo de vinte dias entre a candidatura e a resposta final. Se uma empresa quiser aderir a este fundo terá que ter a sua sede no Concelho de Óbidos. O Senhor Deputado Eduardo Silva disse que era importante não ficar excluída nenhuma actividade económica. Como não houve mais intervenções, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO TREZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO CONTRATO-PROGRAMA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMIVEIS ADMINISTRATIVOS PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS, ENTRE A EMPRESA MUNICIPAL ÓBIDOS REQUALIFICA E A CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: - Usou da palavra a Senhora Deputada Anabela Corado para dizer que a Lei diz que o montante dos subsídios e das subvenções deve constar obrigatoriamente nos contratos-programa. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se a Assembleia Municipal entender propor um valor, que o faça e a Câmara Municipal depois terá que rectificar essa decisão. Como não houve mais intervenções, foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco votos contra. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO CATORZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURISTICA E A CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS: - O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o protocolo visa a criação de uma escola do Infotur. As obras a realizar são de pouca monta e são no edifício de São Tiago. O Senhor Deputado João Lourenço disse que tem muita pena de não votar a favor. Como não houve mais intervenções foi a proposta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.-----

--- PUNTO NÚMERO QUINZE – PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO DO SR. ENG. LUIS SALLES NA COMISSÃO ALARGADA DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: - Foi presente a proposta do Grupo Municipal do PSD que a seguir se transcreve: “Proposta – Ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, o Grupo Municipal do PSD, vem propor a substituição do Sr. Eng. Luís Filipe de Salles Caldeira Corrêa da Silva da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens, constituída em anterior Sessão Pública, por já não fazer parte desta Assembleia Municipal e que seja o Grupo Municipal do PS a nomear um representante para a referida Comissão.”. O Grupo Municipal do PS nomeou a Senhora Deputada Anabela Corado. Como não houve

intervenções, procedeu-se à votação secreta, tendo a Senhora Deputada Anabela Corado sido nomeada por maioria para integrar a Comissão, com dezanove votos a favor, três votos contra e um voto nulo. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO À PROPRIEDADE RÚSTICA, SITA EM ARCOS DE SANTA IRIA –

ÓBIDOS: - Presente a proposta de alteração à deliberação da Assembleia Municipal de vinte e um de Abril do corrente ano, referente ao relatório de avaliação de propriedade rústica em Arcos de Santa Iria, Óbidos. Como não houve intervenções, foi a proposta de alteração à deliberação posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e cinco abstenções, pelo que a deliberação desta Assembleia Municipal de vinte e um de Abril do corrente ano, passou a ser a seguinte: “Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos número dois mil quinhentos e setenta e nove, de seis de Abril do corrente ano, remetendo o relatório de avaliação de propriedade rústica em Arcos de St^a. Iria, Óbidos, para possível dotação do capital social da Empresa Municipal Óbidos Requalifica, para apreciação e eventual aprovação. Como não houve intervenções, foi o relatório posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta.”. Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DEZASSETE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Usou da palavra a Munícipe Maria Helena Correia, residente no Pinhal para dizer que a chocou e não gostou de ver a funcionária, durante a votação secreta, andar com a urna de uma lado para o outro, a correr. Era muito mais prático os Senhores Deputados levantarem-se e porém o voto na urna. O Munícipe Vítor Mata, residente em A dos Negros disse que se está numa época de incêndios e nada foi feito pela Câmara Municipal para obrigar os particulares a limparem as suas propriedades. Que continua o pantanal na Barragem do Arnóia, não estando a ponte concluída e os agricultores esperam pelos acessos às suas propriedades. Sobre a limpeza de estradas e caminhos na Freguesia de A dos Negros sugeriu à Câmara para fazer formação dos operadores da máquina roçadora, para que a mesma não esteja mais vezes parada do que a funcionar. O Munícipe Custódio Sousa, residente em Óbidos disse que já ouviu um vizinho ralhar por andar com a roçadeira a cortar caniços e erva da estrada, porque, segundo o vizinho, não lhe competia a ele efectuar tal trabalho, mas à Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tem informações de que a estrada de Casais da Areia ia ser adjudicada e os responsáveis estão a resolver o problema dos acessos às propriedades. Em relação à máquina disse que teve uma conversa com funcionários do

Município para tentarem detectar os problemas, sendo difícil trabalhar com o equipamento. Em relação à limpeza dos caminhos disse que é da responsabilidade dos proprietários zelarem pelo acesso às suas propriedades.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de Junho do corrente ano, e eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, lavrei a presente acta que vou assinar.--